Artigo 28 da Lei Maria da Penha: O Direito da Mulher à Assistência Jurídica Gratuita e Humanizada

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | novembro 5, 2025



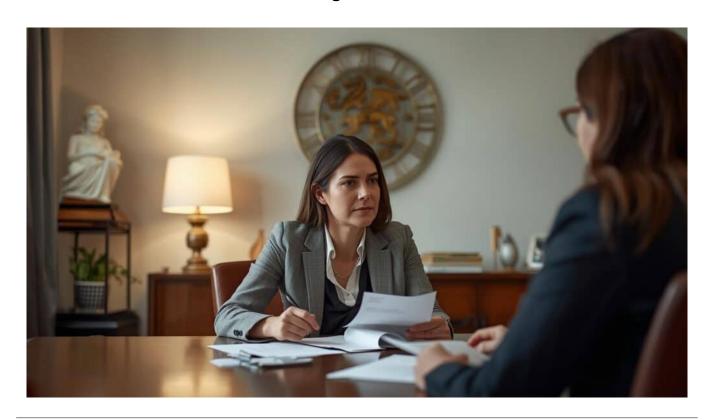
Introdução: Acesso à Justiça como Pilar da Proteção Feminina

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa uma das maiores conquistas da sociedade brasileira na luta contra a violência doméstica e familiar. Criada com o propósito de proteger os direitos das mulheres e de combater práticas discriminatórias enraizadas na cultura patriarcal, a lei introduziu instrumentos jurídicos, assistenciais e preventivos fundamentais.

Entre seus dispositivos mais relevantes, destaca-se o Artigo 28, que assegura à mulher vítima de violência o direito de acesso à Defensoria Pública e à Assistência Judiciária Gratuita, tanto na fase policial quanto judicial, garantindo atendimento específico e humanizado.

Esse artigo simboliza **a concretização do princípio constitucional do acesso à justiça** (art. 5º, XXXV, da CF/88), servindo como ponte entre a vítima e o Estado na busca por proteção, reparação e dignidade.

Em um contexto no qual muitas mulheres não possuem condições financeiras para contratar advogados particulares, a atuação da Defensoria Pública e de serviços de assistência jurídica gratuita é essencial para que o sistema de justiça se torne verdadeiramente inclusivo e igualitário.



□ 1. 0 Texto Legal do Artigo 28 da Lei Maria da Penha

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

A norma é clara e objetiva: toda mulher vítima de violência doméstica deve ter assegurado o direito de acesso gratuito à justiça, sem distinção de renda, status social ou estado civil. O foco está no caráter humanizado do atendimento, o que

representa um avanço civilizatório no tratamento da mulher em situação de vulnerabilidade.

□ 2. O Acesso à Justiça e o Princípio da Igualdade Material

O artigo 28 concretiza o **princípio da igualdade material**, previsto no art. 5º da Constituição Federal, que impõe ao Estado a obrigação de **tratar desigualmente os desiguais**, garantindo condições reais para que todos possam exercer seus direitos.

Assim, a assistência jurídica gratuita **não é um favor estatal**, mas um **direito fundamental**, especialmente quando se trata de mulheres submetidas a situações de violência doméstica e familiar — circunstâncias que, muitas vezes, as afastam de sua autonomia econômica.

A previsão do artigo 28 busca, portanto, **eliminar as barreiras financeiras e institucionais** que impedem a mulher de buscar proteção e justiça.

□ 3. A Importância da Defensoria Pública no Atendimento às Mulheres

A **Defensoria Pública** desempenha papel central na aplicação do artigo 28 da Lei Maria da Penha. Sua atuação vai além da representação judicial: ela envolve **acolhimento**, <u>orientação jurídica</u>, intermediação com órgãos de proteção e articulação com políticas públicas.

A atuação defensória deve observar os princípios da:

- Humanização do atendimento;
- Interdisciplinaridade, com apoio de assistentes sociais e psicólogos;
- Sigilo e respeito à intimidade da mulher;
- Celeridade, especialmente em casos que exigem medidas protetivas urgentes.

A Resolução nº 128/2018 do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) reforça a necessidade de **atendimento especializado e humanizado** para mulheres em situação de violência, alinhando-se integralmente ao comando do art. 28.

☐ 4. Atendimento Específico e Humanizado: Mais do que um Direito, uma Necessidade

O atendimento humanizado significa reconhecer que a mulher que busca ajuda **não é apenas uma parte em processo judicial**, mas uma pessoa que vive **traumas**, **medo e vulnerabilidade emocional**.

Assim, os profissionais que atuam na Defensoria Pública e nos núcleos de atendimento devem adotar uma postura **empática**, **acolhedora e não revitimizadora**.

□ Isso implica:

- Ouvir a vítima sem julgamentos;
- Garantir privacidade durante o atendimento;
- Explicar de forma clara seus direitos e os próximos passos;
- Evitar perguntas ou condutas que reforcem a culpa da vítima;

 Facilitar o acesso a redes de apoio (assistência social, saúde, abrigo, etc.).

O atendimento humanizado é o ponto de encontro entre o direito e a dignidade. Ele transforma a experiência da mulher diante do sistema de justiça, tornando-a mais respeitosa e eficaz.

□ 5. A Defensoria Pública como Instrumento de Inclusão Social



Ao garantir o acesso gratuito à Defensoria Pública, o artigo 28 atua como **instrumento de inclusão e justiça social**, pois permite que mulheres em situação de vulnerabilidade possam:

- Solicitar medidas protetivas de urgência;
- Ingressar com ações de alimentos, guarda ou divórcio;
- Participar de processos criminais contra o agressor;
- Requerer indenizações por danos morais e materiais;
- Acompanhar o andamento processual sem custos.

Essas garantias fortalecem a autonomia feminina e combatem a impunidade, permitindo que a mulher **rompa o ciclo da violência** com o amparo jurídico necessário.

☐ 6. A Interligação do Artigo 28 com Outros Dispositivos da Lei Maria da Penha

O artigo 28 se conecta com outros dispositivos da lei, formando uma rede de proteção:

- •Art. 9º: assegura assistência à mulher em situação de violência em áreas de saúde, segurança, educação e habitação;
- Art. 27: determina que, em todos os atos processuais, a mulher deve estar acompanhada de advogado;
- Art. 30: estabelece a necessidade de prioridade processual nos casos de violência doméstica.

Esses dispositivos, em conjunto, **fortalecem a atuação da mulher no sistema de justiça** e garantem um tratamento integral e digno.

☐ 7. Acesso em Sede Policial: 0 Primeiro Contato com o Estado

O artigo 28 menciona expressamente a **sede policial** como ponto inicial do atendimento. Isso significa que, ao registrar uma ocorrência, a mulher tem direito a:

- Ser orientada sobre a Defensoria Pública;
- Receber acompanhamento jurídico para medidas protetivas;
- Ter acesso a informações claras sobre o processo;
- Evitar ser constrangida ou descredibilizada.

Muitas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) já contam com **núcleos da Defensoria Pública**, o que possibilita **respostas rápidas e acolhedoras**, especialmente em casos de urgência.

□ 8. Acesso em Sede Judicial: Garantia de Representação e Defesa Técnica

Na esfera judicial, a Defensoria atua de forma **ativa e estratégica**, representando a vítima em todos os atos do processo. Isso inclui:

- Protocolar pedidos de medidas protetivas;
- Representar a vítima em audiências e instruções;
- Requerer indenizações e reparações de danos;
- Monitorar o cumprimento das medidas impostas ao agressor.

O acompanhamento técnico da Defensoria impede que o processo se torne burocrático e distante da realidade da vítima, garantindo efetividade e justiça.

□ 9. A Relevância do Atendimento Multidisciplinar

O art. 28 deve ser interpretado em conjunto com a política de **atendimento multidisciplinar** prevista no art. 29 da própria lei, que prevê equipes formadas por:

- Defensores(as) públicos(as);
- Psicólogos(as);
- Assistentes sociais;
- Profissionais de saúde e de segurança pública.

Essa integração assegura **um olhar completo sobre a situação da mulher**, contemplando dimensões jurídicas, emocionais, sociais e econômicas.

□ 10. Jurisprudência e Entendimento dos Tribunais

A jurisprudência brasileira reconhece que **a falta de acesso à Defensoria Pública pode configurar violação de direitos fundamentais**.

Veja-se, por exemplo:

```
STJ - HC 525.476/SP (2020)
```

"A ausência de assistência jurídica gratuita a mulheres em situação de violência doméstica, quando comprovada sua vulnerabilidade, representa afronta aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do acesso à justiça."

Esse entendimento reforça que o acesso à assistência jurídica

gratuita é obrigatório, não podendo o Estado alegar falta de estrutura como justificativa.

□ 11. Políticas Públicas e Avanços Recentes

Nos últimos anos, diversos estados brasileiros implementaram **núcleos de atendimento integral à mulher**, com atuação direta da Defensoria Pública.

Exemplos incluem:

- Nudem (Núcleo de Defesa da Mulher) presente em várias Defensorias Estaduais;
- Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs);
- Parcerias interinstitucionais com tribunais e secretarias estaduais.

Essas políticas ampliam o alcance do art. 28 e **reduzem a subnotificação dos casos de violência doméstica**.

☐ 12. Desafios e Perspectivas

Apesar dos avanços, ainda existem **desafios estruturais e culturais**:

- Falta de defensores em algumas regiões;
- Dificuldade de acesso em áreas rurais e comunidades ribeirinhas;
- Preconceito e desinformação sobre o papel da Defensoria Pública;
- Necessidade de capacitação contínua dos servidores.

Superar essas barreiras exige **investimentos públicos, políticas de inclusão digital e campanhas de conscientização**, garantindo que o artigo 28 seja plenamente efetivo em todo o território nacional.

☐ Conclusão: O Artigo 28 como Garantia da Dignidade e da Cidadania Feminina



O Artigo 28 da Lei Maria da Penha é mais do que um dispositivo jurídico — é um instrumento de empoderamento e dignidade.

Ele reafirma que o Estado tem o dever de garantir o acesso efetivo à justiça, proporcionando atendimento gratuito, humanizado e especializado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Cumprir o art. 28 é fazer justiça social, proteger direitos humanos e fortalecer a democracia.

A mulher que busca ajuda não deve enfrentar sozinha o sistema

de justiça — ela tem o direito de ser **ouvida, representada e respeitada**.

☐ FAQ — Perguntas Frequentes sobre o Artigo 28 da Lei Maria da Penha

1. 0 que significa "assistência judiciária gratuita" no contexto da Lei Maria da Penha?

Significa que **a mulher vítima de violência doméstica tem direito a advogado gratuito**, prestado pela Defensoria Pública, desde o registro da ocorrência até o julgamento do processo, sem precisar pagar custas ou honorários.

2. A Defensoria Pública pode atuar mesmo que a mulher tenha renda?

Sim. O critério principal é a **vulnerabilidade decorrente da violência**, e não apenas a renda. Mesmo mulheres com emprego formal podem ter direito à Defensoria se a situação as coloca em risco ou dependência econômica.

□ 3. 0 atendimento precisa ser feito por profissional mulher?

Não obrigatoriamente, mas **a preferência é recomendada** para garantir conforto e empatia durante o atendimento. Muitas

| Defensorias | contam | com | núcleos | compostos | majoritariamente | por |
|----------------------|--------|-----|---------|-----------|------------------|-----|
| defensoras mulheres. | | | | | | |

☐ 4. A mulher precisa de advogado para pedir medidas protetivas?

Sim. Segundo o art. 27 da Lei Maria da Penha, ela deve estar acompanhada de advogado, podendo ser um(a) defensor(a) público(a). Isso garante que o pedido seja bem fundamentado e processado com agilidade.

□ 5. 0 que é atendimento humanizado?

É o atendimento **baseado na escuta ativa, empatia e respeito**, que busca compreender a situação da mulher sem julgamentos, garantindo privacidade, acolhimento e apoio integral.

☐ 6. Onde a mulher pode procurar ajuda jurídica gratuita?

Ela pode procurar a **Defensoria Pública do Estado**, os **Núcleos de Atendimento à Mulher (Nudem)**, ou os **Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs)**. Em locais sem Defensoria, **a OAB** e **faculdades de Direito** podem prestar assistência gratuita.

☐ 7. 0 que fazer se não houver Defensoria Pública na cidade?

A mulher pode recorrer ao juiz da comarca, que determinará o encaminhamento do caso para assistência jurídica conveniada ou advogados dativos. A falta de estrutura não pode impedir o exercício do direito.

□ 8. A Defensoria atua apenas em causas criminais?

Não. A atuação é **ampla**, abrangendo **causas cíveis** (como guarda, pensão, divórcio, partilha) e **criminais**, garantindo proteção integral à mulher e aos filhos.

□ 9. É possível denunciar a ausência de atendimento humanizado?

Sim. A mulher pode registrar queixa junto à própria Defensoria Pública, à **Ouvidoria da Mulher** ou ao **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, relatando a falta de acolhimento ou eventuais condutas inadequadas.

□ 10. 0 artigo 28 se aplica a mulheres trans?

Sim. O entendimento atual da doutrina e da Defensoria Pública é que **a Lei Maria da Penha protege todas as pessoas que se identificam e vivem socialmente como mulheres**, abrangendo também mulheres trans e travestis.

Conheça mais sobre o trabalho do Dr. Ademilson Carvalho e acompanhe conteúdos exclusivos em sua página no Facebook:

→ <u>facebook.com/Prof.Ademilsoncs</u>